

Qual a origem de nossas ideias? O processo cognitivo de associação de ideias segundo a metodologia empirista de David Hume

ANDRÉ LUIZ OLIVIER DA SILVA *

Resumo: O presente trabalho aborda o processo de conhecimento da natureza humana, mais especificamente o processo mental de associação de ideias, tendo como referência a metodologia empirista proposta por David Hume. A partir de pesquisa bibliográfica, indaga-se como a investigação filosófico-científica pode explicar a origem das ideias e o seu processo associativo: como, afinal, a mente humana processa suas ideias? Para responder a indagação, pretende-se analisar a abordagem descritiva do empirismo proposto por Hume, com o propósito de auferir as percepções da natureza humana a partir da distinção entre impressões e ideias. O principal objetivo deste artigo é mostrar que as impressões sensíveis desempenham um importante papel na formação das ideias, pois são percepções mais vinculadas a elementos empíricos e, em razão disso, mais fortes, vívidas e intensas, ao ponto de impulsionar o processo associativo de ideias na natureza humana. Nesse processo associativo, toda ideia deriva sempre de uma impressão – eis o célebre princípio do empirismo que ainda hoje continua a servir de base para as novas ciências empíricas.

Palavras-chave: Ideias; associação; Hume; empirismo; natureza humana.

Abstract: This paper discusses the process of knowledge of human nature, more specifically the mental process of association of ideas, with reference to empiricist methodology proposed by David Hume. From theoretical search, we look into how the philosophical – scientific research can explain the origin of ideas and their associative process: how, after all, the human mind processes ideas? To answer the question, we intend to analyze the descriptive approach proposed by Hume's empiricism, with the goal of obtaining the perceptions of human nature from the distinction between impressions and ideas. The main purpose of this article is to show that the sensitive impressions play an important role in the formation of ideas because are perceptions more linked to empirical evidence and they are stronger, vivid and intense, to the point of driving the associative process of ideas in human nature. In this associative process, whole idea always comes from an impression – this is the famous principle of empiricism which still continues to be the basis for news empirical sciences.

Key words: Ideas; association; Hume; empiricism; human nature.



* ANDRÉ LUIZ OLIVIER DA SILVA é Doutor em Filosofia e Professor dos Cursos de Graduação em Direito e Relações Internacionais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Introdução

Todas as ideias provêm na mente a partir de um longo processo de conhecimento pelo qual a natureza humana contrapõe e associa as suas percepções mais básicas e instintivas até gerar ideias cada vez mais sólidas e consistentes. A mente, inclusive, é fértil e engenhosa na produção de imagens, gerando ideias sobre os mais variados tipos de coisas, tais como mesas, cadeiras, animais e pessoas. Esses objetos surgem na mente como impressões e são logo concebidos como ideias ou como imagens mentais. Por causa disso, convém indagar, inicialmente, a maneira pela qual a mente formula ideias. Como, afinal, a mente processa suas ideias? – é o problema que queremos levantar. Para responder a esta indagação, o presente artigo analisa, a partir de pesquisa bibliográfica¹, a filosofia de David Hume e suas observações sobre o modo pelo qual o animal humano produz verdades, como sente e percebe a realidade, almejando, assim, uma explicação sobre o funcionamento e a aquisição do conhecimento. A partir de um referencial teórico composto por intérpretes da obra de Hume, quer-se mostrar que as raízes do empirismo moderno ainda estão presentes nas novas ciências empíricas.

Para tanto, o presente artigo objetiva analisar, primeiramente, a explanação de Hume acerca da aquisição do

conhecimento, dissecando os seus pressupostos para explicar o fato de que nós, seres humanos, pensamos, raciocinamos e sentimos – e isso pode ser explicado em bases empíricas. A explanação de Hume sobre a origem do conhecimento conduz o presente texto aos componentes que possibilitam as experiências da natureza humana, a saber, as impressões e as ideias, tentando mostrar que, a partir de impressões sensíveis, um processo de associação de ideias é desencadeado na mente humana. É justamente aí que reside a conjectura a ser explorada pelo presente texto a partir do naturalismo de cunho empirista de David Hume. A conclusão a que se quer alcançar visa enfatizar que, mesmo de modo indireto, toda ideia sempre deriva de impressões sensíveis.

A natureza humana e suas percepções

A descrição da estrutura cognitiva do animal humano constitui o eixo mais relevante da investigação humeana, não apenas porque coloca o homem no centro da discussão filosófica, mais precisamente a sua mente, mas porque procura explicar como a sua natureza apreende os acontecimentos do mundo, reunindo esses acontecimentos em uma ideia geral que representa a existência ora de pessoas, ora de objetos. Hume visa justamente descrever o processo cognitivo da natureza humana a partir de um pano de fundo empírico e não-

¹ A discussão proposta no presente artigo está vinculada ao Projeto de Pesquisa intitulado *Reivindicações por direitos: intersecções entre comportamento, cognição e emoções*, desenvolvido pelo autor, enquanto Professor Colaborador, no Programa de Pós-Graduação em Direito da Unisinos. O Projeto retoma a trajetória acadêmica do autor, iniciada no seu Mestrado em Filosofia, quando, dentre outras temáticas humeanas, analisou a processo de cognição da natureza humana a partir da teoria do conhecimento de David Hume. Naquela ocasião, o propósito era a análise da origem das ideias segundo uma metodologia cética e empirista, tal

qual a metodologia de Hume. Atualmente, o autor continua a desdobrar a pesquisa iniciada até mesmo antes do mestrado e está a estudar as recentes descobertas das ciências cognitivas, como a biologia evolutiva, a psicologia comportamental e a neurociência, e a sua repercussão para o Direito. Hume é, talvez, um dos precursores destas novas ciências, visto que analisou o processo de conhecimento da mente humana a partir dos dados empíricos, ressaltando que não existem ideias inatas (já nascidas na mente) na medida em toda ideia deriva de impressões sensíveis.

metafísico, tentando descrever como o ser humano emite julgamentos tendo como base os poderes e as faculdades de sua própria natureza. Assim, o ponto de partida para se descobrir as regras que incidem sobre a conexão de ideias reside justamente na natureza do homem, na natureza humana², a qual Hume faz menção para destacar um modo de se experimentar aquilo que comumente aparenta ser a realidade.

A disposição espontânea dos animais em experimentar a realidade desperta a curiosidade não só de Hume, mas de todo aquele que intenta um desenho do ser humano a partir de uma metodologia empirista, instigando-o a analisar detalhadamente a maquinaria das ideias e a gênese das crenças e convicções humanas. Se descobrirmos os princípios que regulam as nossas próprias ideias, poderemos explicar as causas que nos levaram a pensar, raciocinar, agir e sentir do jeito como pensamos, raciocinamos, agimos e sentimos usualmente. Para tanto, temos que tomar o próprio ser humano como objeto de análise, como se um homem pudesse investigar a si

próprio: “[...] nós não somos simplesmente os seres que raciocinam, mas também um dos objetos acerca dos quais raciocinamos.” (HUME, 2001, p. 21)³. É justamente isso que faz Hume ao destacar a necessidade de uma ciência da natureza humana. Ele observa e descreve como o homem estrutura as suas ideias e quais são os princípios reguladores da natureza humana.

Eis, pois, o único recurso capaz de conduzir nossas investigações filosóficas ao sucesso: abandonar o método moroso e entediante que seguimos até agora e, ao invés de tomar, vez por outra, um castelo ou aldeia na fronteira, marchar diretamente para a capital ou centro dessas ciências, para a própria natureza humana; estando nós de posse desta, podemos esperar uma vitória fácil em todos os outros terrenos. Partindo de tal posição, poderemos estender nossas conquistas a todas as ciências que concernem de perto à vida humana, e então proceder calmamente à investigação mais completa daquelas que são objeto de pura curiosidade. Não existe nenhuma

² O termo “natureza humana” constitui, por certo, uma expressão polêmica e, por isso mesmo, merece um esclarecimento. Segundo o empirismo moderno, em especial o empirismo de David Hume, a natureza humana consiste, basicamente, na mente ou, em termos mais contemporâneos, no cérebro humano; consiste em uma capacidade ou disposição presente nos seres humanos para perceber o mundo que o rodeia e as outras pessoas. Essa disposição é naturalmente dada como uma condição natural, da qual não podemos fugir. É justamente a partir desta condição natural que o ser humano é levado a formular ideias e impressões. Nesse sentido, convém apontar que o processo cognitivo que ocorre na natureza humana vai das impressões às ideias, quando pensamos e refletimos sobre as coisas do mundo. O ato de pensar ocorre na natureza (ou na mente) humana e transita no caminho que se estabelece entre impressões sensíveis e ideias. Hume aponta a natureza humana como uma condição natural para

perceber e sentir as coisas, isto é, trata-se de uma maneira de inferir proposições a partir de dados empíricos. Os dados empíricos, por sua vez, residem nas impressões sensíveis, que constituem o início de todo processo cognitivo. Assim, as percepções humanas, após serem coletadas por impressões sensíveis, vão se tornando cada vez mais complexas na medida em que se tornam ideias reflexivas e mais afastadas dos dados empíricos. Sobre a natureza humana, conferir: BULLER, 2005; DUPRET, 2001; PINKER, 1994, 2002; STANISTREET, 2002; WILSON, 2004. Ver também o debate entre Chomsky e Foucault: CHOMSKY, 2006. Para uma discussão sobre as implicações éticas envolvidas no debate sobre a natureza humana, em especial no que tange à eugenia, ver: HABERMAS, 2003.

³ [...] *we ourselves are not only the beings, that reason, but also one of the objects, concerning which we reason.* (HUME, 1992, p. xv).

questão importante cuja decisão não esteja compreendida na ciência do homem; e não existe nenhuma que possa ser decidida com alguma certeza antes de conhecermos essa ciência. Portanto, ao pretender explicar os princípios da natureza humana, estamos de fato propondo um sistema completo das ciências, construído sobre um fundamento quase inteiramente novo, e o único sobre o qual elas podem se estabelecer com alguma segurança. (HUME, 2001, p. 21 – 22)⁴

A natureza humana é o núcleo duro de todas as ciências, inclusive das Humanidades, em específico a Psicologia. Só se pode explicar um ramo da ciência – sejam ramos da “**lógica, moral, crítica e política**”⁵, ou “Mesmo a **matemática, a filosofia da natureza e a religião natural**” (HUME, 2001, p. 21, grifos do autor)⁶ – reduzindo a investigação aos limites da natureza humana. Afirma Smith: “A ciência da natureza humeana é, ao mesmo tempo, o **fundamento** sólido que falta aos sistemas filosóficos e a maneira pela qual as questões podem ser resolvidas.” (SMITH, P. J., 1995, p. 34, grifos do autor). A partir de então, a tarefa é, pois, descrever a atividade cognoscitiva do ser humano, explicando fatos simples do nosso dia-a-dia, como os vínculos

sociais, o agir e o pensar. Visa-se delinear a produção de crenças e ideias, distinguindo e classificando as capacidades mentais do animal humano. Diz Hume:

Constitui, assim, uma parte nada desprezível da ciência a mera tarefa de reconhecer as diferentes operações da mente, distingui-las umas das outras, classificá-las sob os títulos adequados e corrigir toda aquela aparente desordem na qual mergulham quando tomadas como objetos de pesquisa e reflexão. Essa tarefa de ordenar e distinguir, que não tem mérito quando exercida sobre objetos externos, os objetos de nossos sentidos, cresce em valor quando dirigida para as operações do entendimento, proporcionalmente ao esforço e à dificuldade que exige de nós para sua realização. E se não pudermos ir mais além dessa geografia mental, ou delineamento das diferentes partes e poderes da mente, chegar até lá já terá sido uma satisfação; e quanto mais óbvia essa ciência vier a parecer (e ela não é de modo algum óbvia), mais censurável ainda se deverá julgar seu desconhecimento por parte daqueles que aspiram ao saber e à filosofia. (HUME, 2004, p. 28 – 29)⁷

⁴ *Here then is the only expedient, from which we can hope for succes in our philosophical researches, to leave the tedious lingring method, which we have hitherto followed, and instead of taking now and then a castle or village on the frontier, to march up directly to the capital or center of these sciences, to human nature itself; which being once masters of, we may every where else hope for an easy victory. From this station we may extend our conquests over all those sciences, which more intimately concern human life, and may afterwards proceed at leisure to discover more fully those, which are the objects of pure curiosity. There is no question of importance, whose decision is not compriz'd in the science of man; and there is none, which can be decided with any certainty, before we*

become acquainted with that science. In pretending therefore to explain the principles of human nature, we in effect propose a compleat system of the science, built on a foundation almost entirely new, and the only one upon which they can stand with any security. (HUME, 1992, p. xvi)

⁵ **Logic, Morals, Criticism, and Politics** (HUME, 1992, p. xvi, grifos do autor)

⁶ **Even Mathematics, Natural Philosophy, and Natural Religion** (HUME, 1992, p. xv, grifos do autor)

⁷ *It becomes, therefore, no inconsiderable part of science barely to know the different operations of the mind, to separate them from each other, to class them under their proper heads, and to correct all that seeming disorder, in which they*

Por meio de uma descrição dos processos mentais, pode-se constatar que a capacidade de perceber é a principal característica da natureza humana, visto que não se restringe somente a um papel passivo frente à multiplicidade das impressões sensíveis, mas que também reage, ultrapassando o dado físico, operando suas ideias, e até suas convicções, no ambiente em que habita. Mais do que isso, a natureza humana possui a função de relacionar percepções, sejam elas ideias ou impressões, impondo ordem e regulando o mundo fenomênico. A natureza humana conecta percepções, significando-as, até construir uma visão de mundo.

Embora haja todo um processo de subjetivação, a mente busca recursos materiais para a produção de pensamentos na experiência sensível, que é a fonte do conhecimento. Basta observarmos pessoas envolvidas com acontecimentos e eventos importantes de sua vida para verificar que a natureza do homem não lhe faculta permanecer indiferente a tanta influência que foge ao seu controle. Os dados dos sentidos marcam o início do processo cognitivo, constituindo a fonte onde a natureza humana vai beber as impressões que serão digeridas em ideias, cabendo à investigação filosófica relatar todo o processo que vai da experiência sensível até as ideias mais complexas.

É importante destacar que os sentidos, ou os dados sensoriais, constituem uma tópica do empirismo moderno, em

especial o empirismo proposto por Hume em sua metodologia. Os dados sensoriais constituem, segundo o método empírico, o ponto de partida de todo processo de conhecimento. A partir dessas primeiras impressões, a natureza humana será despertada para um processo de associação de ideias, no qual uma concatena-se à outra, até formar ideias abstratas e complexas. Esse processo cognitivo permite à mente realizar inferências factuais, a partir das quais os seres humanos tendem a observar experiências particulares e individualizadas e, com base nestas experiências contextuais, extrair enunciados e conclusões de caráter universal e geral. A mente tende a generalizar os fatos que observa, imaginando, ao observar uma conexão causal entre fatos, que, dado um único experimento, podemos inferir como acontecimentos futuros irão se comportar. A natureza humana opera uma representação que dará forma e unidade às impressões originárias. Aliás, a natureza humana é justamente uma disposição a sentir e perceber a realidade circundante, uma disposição que se volta contra a sua própria passionalidade para imputar à tal realidade seus códigos e suas ordenações.

Os componentes da experiência: ideias e impressões

As percepções da mente humana são divididas em duas classes: impressões e ideias (HUME, 2001, p. 25; 2004, p. 34)⁸, verificando-se uma prioridade das

lie involved, when made the object of reflexion and enquiry. This task of ordering and distiguishing, which has no merit, when performed with regard to external bodies, the objects of our senses, rises in its value, when directed towards the operations of the mind, in proportion to the difficulty and labour, which we meet with in performing it. And if we can go no farther than this mental geography, or

delineation of the distinct parts and powers of the mind, it is at least a satisfaction to go so far; and the more obvious this science may appear (and it is by no means obvious) the more contemptible still must the ignorance of it be esteemed, in all pretenders to learning and philosophy. (HUME, 2006, p. 13)

⁸ *Impressions and ideas* (HUME, 1992, p. 1; HUME, 2006, p. 18)

impressões em relação às ideias⁹. Para realçar a diferença entre as duas classes, podemos imaginar uma pessoa acometida pela paixão, como, por exemplo, alguém que acaba de presenciar a morte de um ente querido. Essa pessoa percebe o fenômeno de uma maneira muito mais intensa do que aquele que observa os fatos com uma suposta neutralidade, do lado de fora, sem estar envolvido com o referido falecimento. O observador não está tão inserido nos acontecimentos como o observado, e, por isso, percebe os fatos de um modo mais indiferente. Hume propõe um exemplo semelhante para explicitar os componentes da experiência¹⁰:

Se você me diz que uma certa pessoa está enamorada, eu entendo facilmente o que você quer dizer e formo uma idéia adequada da situação dessa pessoa, mas jamais confundiria essa idéia com os tumultos e agitações reais da paixão. Quando refletimos sobre nossas experiências e afecções passadas, nosso pensamento atua como um espelho fiel e copia corretamente os objetos, mas as cores que emprega são pálidas e sem brilho em comparação com as que revestiam nossas percepções originais. Não se requer um refinado discernimento nem grande aptidão metafísica para perceber a diferença entre elas. (HUME, 2004, p. 34)¹¹

Tanto as ideias quanto as impressões são, portanto, percepções¹², isto é,

⁹ A teoria geral das ideias de Hume está exposta no Livro I, Parte I, do *Tratado da natureza humana* e nas Seções 2 e 3 de *Uma investigação sobre o entendimento humano*.

¹⁰ O termo “experiência” é sinônimo de percepção. É uma maneira de perceber, uma maneira de crer e acreditar no que se está percebendo, seja uma ideia, seja uma impressão. As atividades da mente se resumem a percepções, às maneiras de sentir e perceber. A experiência é um fenômeno das percepções da natureza humana, e não pode ser tomada como uma realidade independente, ou como dados autônomos, mas antes como dados percebidos pelo homem.

¹¹ *If you tell me, that any person is in love, I easily understand your meaning, and form a just conception of his situation; but never can mistake that conception for the real disorders and agitations of the passion. When we reflect on our past sentiments and affections, our thought is a faithful mirror, and copies its objects truly; but the colours which it employs are faint and dull, in comparison of those in which our original perceptions were clothed. It requires no nice discernment or metaphysical head to mark the distinction between them.* (HUME, 2006, p. 17 – 18)

¹² Dentre as influências sofridas por Hume, encontra-se o filósofo inglês John Locke, que já havia ressaltado a importância das percepções para a compreensão do funcionamento do entendimento humano. Assim como Hume,

Locke é um empirista e recorre à percepção para explicar o processo de associação de ideias, sendo que ambos propõem as seguintes questões: “[...] de que materiais a mente é provida, e que uso ela pode fazer deles?” (AYER, 2003, p. 40). A resposta dada por Locke será a mesma de Hume: “[...] o material consiste de percepções [...]” (AYER, 2003, p. 40). No caso de Locke, ao contrário de Hume, as percepções se resumem a ideias, conforme esclarece Stroud sobre Locke: “ele concebeu as ideias como os **materiais** do pensamento, como as coisas que a mente, por assim dizer, ‘opera’ com o pensamento, ou os itens que vão e andam e alteram à medida que o curso de nossos pensamentos muda.” (STROUD, 2005, p. 17, grifo do autor, tradução nossa). [*In fact, he conceived of ideas as the **materials** of thinking, as the things that the mind, so to speak, ‘operates’ with in thinking, or the items that come and go and alter as the course of our thinking changes.* (STROUD, 2005, p. 17, grifo do autor).] Locke argumenta que a mente humana é uma “tábula rasa”, isto é, uma folha de papel em branco a ser preenchida com a percepção do mundo. Ele encerra as percepções ao campo das ideias e limita-se a dizer que não existem ideias inatas, reduzindo as percepções meramente a ideias, no sentido de que os objetos do pensamento são constituídos apenas por ideias (que derivam da sensação ou da reflexão (LOCKE, 1978, p. 159), sendo divididas ainda em ideias simples e ideias complexas (LOCKE, 1978, p. 164)). Locke reduz as percepções às

percepções que se distinguem a partir de uma estrutura psicológica, como afirma Vergez: “[...] a distinção impressão-ideia é uma distinção puramente psicológica. Ela opera sobre critérios internos.” (VERGEZ, 1984, p. 19). Como percepções de uma estrutura interna e psicológica, Hume não está exatamente discutindo a conexão da mente com a existência de coisas exteriores a ela. Não existe essa dualidade, pois tanto uma como a outra não passam de percepções. São modos de se experimentar. A diferença que há entre as percepções é meramente uma diferença de gradação e vivacidade, no sentido de que as percepções – sejam elas ideias ou impressões – são mais intensas e vívidas na medida em que se aproximam das impressões sensíveis. “A diferença entre estas consiste nos graus de força e vividez com que atingem a mente e penetram em nosso pensamento ou consciência” (HUME, 2001, p. 25)¹³, de tal modo que há prioridade de uma sobre

ideias, chegando ao ponto de apresentar escusas devido ao uso repetido do termo ideia, quando na introdução dos *Ensaio acerca do entendimento humano* afirma: “[...] aproveito esta oportunidade para pedir perdão ao meu leitor pelo uso frequente da palavra **ideia**, que ele encontrará adiante no tratado.”. No mesmo parágrafo, Locke define ideia como “[...] sendo este o termo mais indicado para significar qualquer coisa que consiste no **objeto** do entendimento quando o homem pensa [...]” (LOCKE, 1978, p. 142, grifos do autor). Nesse ponto, reside, por certo, a principal diferença entre Locke e Hume, visto que Hume considera as percepções constituídas não apenas por ideias, no plano conceitual, mas também por impressões sensíveis. Hume, então, não deixa de concordar com Locke na medida em que não existem ideias inatas e *a priori*. Para Hume, toda ideia, inclusive a ideia mais complexa e abstrata, provém, inevitavelmente, de uma fonte empírica, sentida pela percepção daquilo que denomina “impressão sensível”. Neste ponto, é importante destacar a diferença entre Locke e Hume, razão pela qual não estamos, ao menos não no presente

a outra, e tal prioridade justifica-se pelos fatos.

Os fatos mostram que as impressões consistem em percepções imediatas, mais fortes e vívidas do que as ideias, percepções sempre derivadas de alguma impressão. O próprio termo “fato” usado aqui merece um esclarecimento, pois Hume não pretende, de modo algum, explicar como é o mundo sozinho, sem a presença de uma mente. Nesse sentido, devemos conceber os fatos como um fenômeno psicológico: “Hume exige claramente o não abandono do domínio dos factos e o único facto incontestado é, aqui, um facto psicológico.” (VERGEZ, 1984, p. 23). O termo “fato” representa um grau de vivacidade muito ligado a elementos empíricos e, justamente por isso, não deve deixar de ser lido como um fato psicológico.

Entre as duas classes de percepções, as “menos fortes e vivazes são comumente denominadas **pensamentos** ou **idéias**” (HUME, 2004, p. 34, grifos do autor)¹⁴, percepções que são, como toda

momento, tão interessados em Locke quanto estamos em Hume. A diferença entre esses dois pensadores se explica pelo destaque que Hume dá às “impressões sensíveis”, ao ressaltar a origem empírica do processo cognitivo de associação de ideias. Em uma nota de rodapé nas *Investigações*, Hume afirma que “Locke caiu na armadilha dos escolásticos” (HUME, 2004, p. 40). [*LOCKE was betrayed into this question by the schoolmen* (HUME, 2006 p. 22)] na medida em que estava preocupado mais com o ato de raciocinar e pensar dos homens do que com o seu sentir. Para enfatizar o ato de sentir dos seres humanos, Hume se vale das impressões sensíveis para mostrar que o processo associativo de ideias é completamente dependente de elementos empíricos.

¹³ *The difference betwixt these consists in the degrees of force and liveliness, with which they strike upon the mind, and make their way into our thought or consciousness.* (HUME, 1992, p. 1)

¹⁴ *The less forcible and lively are commonly denominated **Thoughts** or **Ideas*** (HUME, 2006, p. 18, grifos do autor)

percepção, subsidiárias às impressões. Durante o processo de conhecimento, uma impressão provoca uma ideia, que provoca outra ideia, e assim sucessivamente, numa cadeia causal infinita. A mente humana pode alcançar, inclusive, ideias distanciadas dos elementos empíricos. Mas uma coisa é certa: o termo impressão abarca “[...] todas as nossas percepções mais vívidas [...]” (HUME, 2004, p. 34)¹⁵. Até os devaneios provocados por ideias abstrusas sempre estão a referir-se a uma impressão, por mais distante que uma ideia possa estar da realidade empírica que cerca o homem.

A divisão proposta por Hume visa estabelecer justamente que as ideias são fracas e adulteradas, pois encontram-se longe das impressões. Ao contrário das ideias, as impressões são fortes e claras e constituem a base de todas as percepções da mente humana. As impressões, para Hume, são

As percepções que entram com mais força e violência podem ser chamadas de **impressões**; sob esse termo incluo todas as nossas sensações, paixões e emoções, em sua primeira aparição à alma. Denomino **idéias** as pálidas imagens dessas impressões no pensamento e no raciocínio (HUME, 2001, p. 25, grifos do autor)¹⁶,

Portanto, as impressões invadem a mente, involuntariamente, enquanto as ideias não passam de ideias sombrias, roubadas de impressões, sem brilho, sem brio. As ideias são mortas ou pálidas porque afastadas das impressões sensíveis. Ao contrário das ideias, as

impressões se apresentam à natureza humana de modo vívido e intenso, ocasionando uma percepção a qual a mente não pode recusar. Toda impressão é marcada por aquilo que Vergez aponta como “presença viva, pelo seu carácter actual.” (VERGEZ, 1984, p. 19, grifos do autor). As impressões tocam os sentidos dos animais humanos, que não conseguem permanecer insensíveis e indiferentes à presença dos objetos do mundo. A mente humana, ao ser tocada por impressões sensíveis, reage espontaneamente ao impacto sensitivo que as coisas e as pessoas ocasionam no seu aparato sensitivo. Essas coisas e pessoas se apresentam de modo límpido, vivaz, intenso, de modo que aparentam seriamente existir e aos quais não podemos permanecer ignorando.

Cópias de impressões

O que fornece validade às ideias por meio das impressões, como comprova a dinâmica entre os dois referidos tipos de percepção, é a experiência, em especial a experiência sensível, que constitui o marco inicial do processo de conhecimento. Toda ideia que surge na mente humana tem a sua origem na experiência sensível – esse tipo de afirmação resume uma proposição geral da teoria de Hume: “[...] **todas as idéias simples, em sua primeira aparição, derivam de impressão simples, que lhes correspondem e que elas representam com exatidão.**” (HUME, 2001, p. 28, grifos do autor)¹⁷. É um critério metodológico como esse – denominado princípio da cópia – que remete todo conhecimento à validação

¹⁵ [...] *all our more lively perceptions* [...] (HUME, 2006, p. 18)

¹⁶ *Those perceptions, which enter with most force and violence, we may name impressions; and under this name I comprehend all our sensations, passions and emotions, as they make their first appearance in the soul. By ideas I mean the faint*

images of these in thinking and reasoning; (HUME, 1992, p. 1, grifos do autor)

¹⁷ *That all our simple ideas in their first appearance are deriv'd from simple impressions, which are correspondet to them, and which they exactly represent.* (HUME, 1992, p. 4, grifos do autor)

empírica, explicando o funcionamento das ideias a partir da sensibilidade.

As impressões antecedem causalmente as ideias, e estas, como cópias ou imagens, constituem-se como efeitos de impressões sensíveis, conforme ressalta Norton ao afirmar que as “[...] impressões são mais fortes ou vivas e também causalmente prioritárias; ideias são complementares ao serem entendidas como “as imagens fracas” das impressões, são causalmente dependente delas” (NORTON, 1998, p. 6, grifo do autor, tradução nossa)¹⁸. Há uma relação de dependência das ideias em vista das impressões, uma dependência causal, segundo a qual as ideias não passam de cópias das impressões.

Levando-se em conta essa prioridade causal, quando uma ideia – leia-se também “palavra” ou “imagem” – é arrolada em uma discussão filosófica com pretensão de verdade, será preciso encontrar, imediatamente, uma impressão que a ela corresponda. Caso não se encontre uma impressão adequada, a ideia deverá ser recusada, posta em suspensão. Note-se que a asserção de que ideias sem impressões devem ser recusadas é uma afirmação posta em um tom exagerado, como se ideias não ocasionadas por impressões devessem de fato ser abandonadas. Hume não concordaria com essa assertiva porque, mesmo quando as ideias não correspondem às impressões, a mente, assim mesmo, pode gerar crenças com base nas ideias mais obscuras e absurdas. Várias ideias não correspondem diretamente a uma impressão sensível, tais como, por exemplo, a causalidade e o hábito. Nem por isso as recusamos.

A diferença entre ideia e impressão ganha sustentação à medida em que a percepção se afasta ou se aproxima dos sentidos em graus de intensidade, ou graus de vivacidade, como afirma Quinton: “As matérias-primas do pensamento, que é o ofício do entendimento, são as impressões e suas cópias, as idéias, de graus variados de vivacidade.” (QUINTON, 1999, p. 16). As impressões, por serem mais próximas dos sentidos, induzem o animal humano a acreditar mais facilmente naquilo que elas representam à sua mente. As impressões são vívidas e muito mais intensas do que as ideias. Elas atingem a mente humana de modo violento, obrigando-a a acreditar naquilo que a percepção mais imediata está a lhe representar. Tais percepções são irresistíveis à mente humana, que nada pode fazer a não ser ceder aos encantos naturais, acolhendo os princípios que a natureza guarda no humano.

As ideias, por sua vez, são uma consequência das impressões, de modo que toda ideia provém de impressões sensíveis, seja diretamente, seja também indiretamente. Por certo, nem sempre é fácil encontrar e apontar a impressão sensível da qual se originou esta ou aquela ideia, como, por exemplo, a ideia de Deus, alma e liberdade. O que se pode dizer é que ideias deste tipo são ideias complexas, isto é, ideias construídas por várias impressões sensíveis, impressões que se embaralham na subjetivação do processo associativo de ideias a ponto de gerar ideias complexas e ao mesmo tempo contraditórias. De todo modo, é a vivacidade das impressões sensíveis que constituirão o mosaico das ideias complexas e abstratas.

¹⁸ [...] impressions are the more forceful or lively and also causally prior; ideas are complementary in that they are said to be “the

faint images” of impressios, and causally dependent on them [...] (NORTON, 1998, p. 6)

O termo “vivacidade” requer atenção, pois constitui um trampolim para a doutrina revolucionária de Hume sobre as crenças naturais, conforme alega Kemp Smith:

Como eu já tenho sugerido, Hume está aqui atento sobre a preparação da maneira para a exposição posterior de sua nova e revolucionária doutrina da crença. Para esta proposta dois pontos têm que ser bem produzidos: (1) que ideias são cópias exatas das impressões, e (2) que a diferença sendo na maneira de nossa apreensão, um processo de avivamento é tudo aquilo que é necessitado para induzir a mente a adotar em relação a ideia a atitude pela qual instintivamente se adota em relação a impressão correspondente. (SMITH, N. K., 2005, p. 210 – 211, grifos do autor, tradução nossa)¹⁹

Nota-se que, com o princípio da cópia, as impressões são percepções simples e básicas da natureza humana, sendo essas percepções, por certo, mais fáceis de serem compreendidas pelo entendimento do que aquelas complexas e obscuras. As percepções simples são as impressões sensíveis. As ideias são percepções complexas, pois são percepções constituídas pela sobreposição de múltiplas impressões sensíveis. Não há ideia solta, independente da experiência. Se existe uma ideia que não seja consequência de uma impressão, essa

deverá, imediatamente, ser recusada e jogada à fogueira.

O impacto de Hume na análise da linguagem

A coluna vertebral da metodologia empirista é a interrogação pela impressão que justifica todas as ideias: “[...] **de que impressão deriva esta suposta idéia?**” (HUME, 2004, p. 39, grifos do autor)²⁰ – pergunta-se Hume, com o objetivo de excluir ideias sem impressões. O princípio da cópia – de que toda ideia deriva de uma impressão – exerce tamanha influência na história da filosofia que talvez seja até mesmo plausível identificar os traços originais da denominada tradição analítica²¹ no bojo da teoria humeana das ideias.

Danilo Marcondes afirma que há uma espécie de “**semântica** de Hume” (MARCONDES, 2005, p. 72, grifo do autor), principalmente no que se refere ao problema do significado:

Se não se pode mostrar que uma palavra evoca uma idéia que pode ser analisada por decomposição até os seus constituintes elementares aos quais devem corresponder impressões sensíveis, então não se pode considerar que tenha significado.” (MARCONDES, 2005, p. 73).

Outros indícios comprovam a atualidade dos argumentos modernos de Hume, tais como o seu alerta sobre o “abuso de palavras” oriundo do conflito verbal

¹⁹ *As I have already suggested, Hume is here intent upon preparing the way for the later exposition of his new and revolutionary doctrine of belief. For this purpose two points had to be made good: (1) that ideas are **exact** copies of impressions, and (2) that the difference being in the **manner** of their apprehension, a process of **enlivening** is all that is needed to induce the mind to adopt towards an idea the attitude which it instinctively adopts towards the corresponding impression.* (SMITH, N. K., 2005, p. 210 – 211, grifos do autor).

²⁰ [...] **from what impression is that supposed idea derived?** (HUME, 2006, p. 22, grifos do autor)

²¹ Autores contemporâneos como Frege, Russell, Moore e Wittgenstein manifestam uma postura lógica e empirista muito semelhante à de Hume. Mesmo após o giro linguístico, pensadores contemporâneos ainda buscam subsídios ao problema do significado na mesma fonte em que Hume encontrou as suas soluções, de tal modo que se poderia ligar a investigação humeana à filosofia da linguagem contemporânea.

entre céticos e dogmáticos. Mas o principal indício é realmente a significação das ideias por meio das impressões.

Reparem como alguns importantes autores contemporâneos não deixam de relacionar o princípio humeano da cópia com as discussões contemporâneas sobre a linguagem. Ayer, que é um empirista lógico, diz que esse princípio é o gerador da associação de imagens, “[...] um critério para a legitimidade das idéias ou conceitos” (AYER, 2003, p. 48). Da mesma forma Quinton, que define este princípio como “um critério de significação” (QUINTON, 1999, p. 15). Assim, a investigação de Hume desdobra-se nas teorias de vários filósofos contemporâneos, que adotam um critério de verificação empírica para justificar as proposições científicas. Hume parece estar presente até na teoria de Wittgenstein sobre o uso e o significado, conforme afirma Marcondes:

Hume apresenta nesse sentido um critério empirista de significado que pode ser considerado, por um lado, sob certos aspectos como uma espécie de precursor do princípio verificacionista de significado posteriormente formulado pelos positivistas lógicos, e por outro, como apontado por Zartman (1975), pode ser visto como antecipando a concepção wittgensteiniana de significado como uso. (MARCONDES, 2005, p. 75)

Hume é saudado pelo Positivismo Lógico, uma vez que toda ideia só pode

ser admitida na inquirição científica se, e somente se, for verificável empiricamente. Parece que o positivismo assume como bandeira o marco empirista de Hume, no sentido mais radical em que esse princípio possa se revelar, como se o próprio Hume estivesse tão seguro de que as ideias devem, necessariamente, derivar de impressões. Inflama-se Hume, no último parágrafo da primeira *Investigação*, para sustentar o dogma do empirismo:

Quando percorremos as bibliotecas, convencidos destes princípios, que devastação não deveremos produzir! Se tomarmos em nossas mãos um volume qualquer, de teologia ou metafísica escolástica, por exemplo, façamos a pergunta: **Contém ele qualquer raciocínio abstrato referente a números e quantidades?** Não. **Contém qualquer raciocínio experimental referente a questões de fato e de existência?** Não. Às chamas com ele, então, pois não pode conter senão sofismas e ilusões. (HUME, 2004, p. 222, grifos do autor)²²

Ayer afirma que esta citação “[...] constitui um excelente enunciado da postura positivista; no caso dos positivistas lógicos, se agregou o epíteto de “lógico” porque pretenderam incorporar os descobrimentos da lógica contemporânea; [...]” (AYER, 1993, p. 16, tradução nossa)²³. A ideia deve estar fundada na experiência sensível, do contrário, a vagueza do seu significado, que não conta com o apoio das impressões, ensejará a sua recusa e rejeição por parte da ciência. Eis o

²² *When we run over libraries, persuaded of these principles, what havoc must we make? If we take in our hand any let us ask, Does it contain any abstract reasoning concerning quantity or number? No. Does it contain any experimental reasoning concerning matter of fact and existence? No. Commit it then to the flames: for*

it can contain nothing but sophistry and illusion. (HUME, 2006, p. 165, grifos do autor).

²³ [...] *constituye un excelente enunciado de la postura del positivista; en el caso de los positivistas lógicos, se agrego el epíteto de “lógicos” porque pretendieron incorporar los descubrimientos de la lógica contemporánea; [...]* (AYER, 1993, p. 16).

princípio que antecede o verificacionismo do positivismo lógico-empirista: o que dá sentido às palavras, às imagens, às ideias, aos termos usados pelos filósofos, são as impressões provenientes do mundo sensível.

O princípio da cópia é a “regra do polegar do empirismo humeano” (PINTO, 1995, p. 53). Quando levantamos o polegar, dando um sinal de positivo, é porque a ideia foi aprovada pelo crivo empirista, correspondendo a uma impressão. Se a ideia não provém de uma impressão, então, deverá ser recusada pela investigação científica, pois as ideias sem as impressões não possuem sentido. Não obstante, o homem comum usa termos que não se referem a qualquer impressão, tais como alma, Deus e liberdade. Hume sabe que as pessoas usam tais palavras, palavras que não provêm de impressões. Porém, em uma investigação filosófica e científica, não se pode admitir ideias sem sentido, ideias desconectadas das impressões sensíveis.

As novas ciências empíricas

De onde provêm ideias abstratas e complexas, como alma, Deus e liberdade? Não encontramos impressão sensível que corresponda a nenhuma destas ideias, de modo que, ao pensamento científico, tais ideias não servem para a investigação e devem ser abandonadas. Mas e o homem comum? Se tais ideias não possuem certificação empírica, por que o homem comum é levado a acreditar nelas? No que tange ao senso comum e ao seu modo cotidiano de conhecer o mundo, vemos, por certo, que muitas ideias não correspondem a impressões sensíveis, ao menos a sua correspondência não é “direta” ou “imediate” a impressões

correspondentes. Tais ideias parecem, então, apartadas de impressões, o que não passa de uma aparência: as ideias estão sempre enraizadas em elementos empíricos, que influenciam o processo de associação de ideias a partir fatores psicológicos. Nesse sentido, podemos dizer que há uma psicologia contida na filosofia de Hume que se sobrepõe a qualquer racionalidade lógica, uma psicologia que será, contemporaneamente, a matriz teórica das novas ciências empíricas cognitivas²⁴, como a biologia evolutiva, a psicologia comportamental e a neurociência.

O ponto alto da filosofia de Hume ao afirmar que toda ideia deriva de uma impressão é mostrar que a razão é inerte e desempenha um papel secundário na formulação de ideias e crenças – muito embora tanto o senso comum quanto a linguagem científica depositem fé na ideia de que podemos formular inferências racionais sobre o comportamento das coisas no mundo. Ao longo da história moderna das ideias, em especial com o fortalecimento do humanismo na modernidade, de Immanuel Kant, com o “eu” transcendental, até Jeremy Bentham e os utilitaristas que só enxergavam as consequências e os resultados da conduta humana, em todas essas filosofias, o ser humano foi considerado um ser pensante e racional, diferente dos demais animais, que estariam largados às suas próprias inclinações e desejos pessoais.

Reparem que Hume parte de um procedimento empirista para abordar a natureza humana. Ele analisa a transição que vai da impressão sensível à ideia reflexiva e, ao admitir que a mente humana concebe ideias que não se originam “diretamente” de impressões

²⁴ Sobre as Ciências Cognitivas, ver THAGARD, 2014.

sensíveis, Hume aponta para um pano de fundo psicológico, segundo o qual a mente procura encontrar a razão das coisas a partir de uma estrutura que retoma a imaginação dos homens para mostrar que há um processo de associação cognitivo. Inicialmente a natureza humana é provocada a produzir o processo cognitivo quando encontra uma impressão sensível. A natureza humana não deixa o homem permanecer insensível à impressão sensível. Porém, o processo cognitivo que se inicia na impressão sensível não se esgota na sensibilidade e vai além, adentrando o mundo das ideias. As ideias passam a ser processada pela imaginação, a partir de um estímulo empírico.

A chave de leitura para se compreender Hume é tomar o problema da razão a partir de uma descrição do funcionamento das crenças básicas e naturais dos seres humanos, isto é, a partir do influxo do hábito ou costume no que tange às operações da mente humana. Hume lançará uma metodologia naturalista para abordar não apenas os problemas relativos ao conhecimento humano, mas também as suas consequências no fenômeno prático da vida em grupo. Hume coloca na roda o problema da indução e ressalta que não encontramos justificção racional quando extraímos deveres e prescrições para o comportamento humana a partir daquilo que simplesmente observamos.

Não é racionalmente justificável passar do ser (e da descrição das coisas simplesmente como elas acontecem no mundo) para o dever-ser (isto é, o modo como elas deveriam ser)²⁵. Com isso, só resta descrever o comportamento

empírico dos homens no anseio de explicar como eles se comportam no plano social, político e moral, o que nos revelará um homem dominado por suas paixões ao se sensibilizar com o próximo não só ao ponto de viver em grupos, mas também para imputar poder a alguém ou para dizer o que é o certo e o errado. Somente uma ciência da natureza humana poderia nos proporcionar essa descrição, pensava Hume, algo muito semelhante ao que propõe as novas ciências cognitivas²⁶, como, por exemplo, a neurociência, a biologia evolutiva e a psicologia comportamental. As ciências cognitivas, estimuladas pelas recentes leituras sobre as atividades cerebrais, também auxiliam a propor um novo desenho sobre o ser humano, um ser humano não mais livre e racional, mas, sim, um animal humano, movido por impulsos neurológicos e por emoções que afetam o seu comportamento.

Considerações finais

Um dos principais pilares da teoria de Hume sobre o conhecimento é o seu princípio de verificação empírica, no qual a origem das ideias reside na experiência sensível, ou seja, toda ideia deriva sempre de uma impressão – e não de uma fonte inata ao ser humano. Essa é uma máxima da metodologia empirista, uma posição assumida por Hume para analisar o processo de associação entre as ideias, que gerou muitos mal-entendidos ao longo da tradição filosófica. Comumente, o princípio empirista foi concebido como um dogma no qual as ideias que não correspondem a impressões devem ser necessariamente descartadas. Ocorre que muitas ideias

²⁵ Aqui estamos a nos referir à falácia naturalista.

²⁶ Em outra ocasião entraremos no mérito e no conteúdo destas ciências. O que se pretende no presente artigo é exemplificar que, por meio do avanço científico-tecnológico em ciências como

a neurociência, a biologia evolutiva e a psicologia comportamental, ainda podemos identificar traços do empirismo moderno de David Hume.

não provêm diretamente de uma impressão sensível, mas nem por isso são recusadas. Quando indagamos a origem delas, nem sempre encontramos a impressão correlata. Embora, muitas vezes, não haja propriamente uma impressão direta correspondente a toda ideia, não se pode deixar de observar que, no mais das vezes, todas as ideias estão, de algum modo, vinculadas a impressões sensíveis.

O que Hume quer deixar claro é que o processo mental de associação de ideias é sempre determinado por elementos empíricos e, em razão disso, as ideias são sempre derivadas de impressões. Isso inclui a formação de ideias complexas que não correspondem diretamente a nenhuma impressão sensível, mas que constituem o produto da junção entre várias imagens das impressões sensíveis, imagens que se sobrepõem umas às outras até gerar ideias que apenas aparentam estar distante das impressões sensíveis. As impressões sensíveis desempenham um relevante papel na geração das ideias, estimulando e impulsionando o seu processo associativo. São percepções mais vívidas e intensas, gerando a força suficiente para desencadear o processo de associação entre as ideias, ao ponto de formar ideias complexas, como a ideia de identidade dos corpos físicos e de outras mentes.

Referências

- AYER, Alfred Jules. **Hume**. Traduzido por Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2003. (Mestres do Pensar).
- _____. **Introducción del compilador**. In: _____ (editor). *El positivismo lógico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 9 – 34.
- BULLER, David. **Adapting minds: evolutionary psychology and the persistent quest for human nature**. Cambridge, MA: MIT Press, 2005.
- CHOMSKY, Noam; FOUCAULT, Michel. **The Chomsky-Foucault debate: on human nature**. New York / London: New Press, 2006.
- DUPRE, John. **Human Nature and the Limits of Science**. Oxford: Clarendon Press, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. **The future of human nature**. Cambridge: Polity Press, 2003.
- HUME, David. **A treatise of human nature: An Attempt to Introduce the Experimental Method of Reasoning**. L.A. Selby-Bigge and P.H. Nidditch. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- _____. **Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais**. Traduzido por Débora Danowski. São Paulo: Unesp, 2001.
- _____. **Uma investigação sobre o entendimento humano**. In: _____. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo: Unesp, 2004. p. 15 – 146.
- _____. **An enquiry concerning human understanding**. In: _____. *Enquires concerning human understanding and concerning the principles of morals*. L.A. Selby-Bigge and P.H. Nidditch. Oxford: Clarendon Press, 2006. p. 5 – 165.
- LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Tradução de Anuar Aiex. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 133 – 344. (Os Pensadores)
- MARCONDES, Danilo. **Há uma filosofia da linguagem em Hume**. In: GUIMARÃES, Lívia (org.). *Ensaio sobre Hume*. Belo Horizonte: Segrac, 2005. p. 59 – 78.
- NORTON, David Fate. **An introduction to Hume's thought**. In: _____. *The Cambridge Companion to Hume*. Cambridge: Cambridge University, 1998. p. 1 – 32. (Cambridge companions)
- PINKER, Steven. **The blank slate: the modern denial of human nature**. New York: Viking, 2002.
- PINKER, Steven. **The language instinct: the new science of language and mind**. Londres: Penguin, 1994.
- PINTO, P. R. Margutti. **Aspectos da crítica de Hume ao princípio da causalidade**. In: CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.). *A filosofia analítica no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1995. p. 51 – 68.

QUINTON, Anthony. **Hume**. Traduzido por José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Unesp, 1999. (Coleção Grandes Filósofos).

SMITH, Norman Kemp. **The philosophy of David Hume**: a critical study of its origins and central doctrines. Londres: Palgrave Macmillan, 2005.

SMITH, Plínio Junqueira. **O ceticismo de Hume**. São Paulo: Loyola, 1995. (Coleção filosofia; 32).

STANISTREET, Paul. **Hume's scepticism and the science of human nature**. Aldershot: Ashgate, 2002.

STROUD, Barry. **Hume**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 2005.

THAGARD, Paul. COGNITIVE SCIENCE. In: ZALTA, Edward N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Fall 2014 Edition. Disponível em:

<<http://plato.stanford.edu/entries/cognitive-science/>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

WILSON, Edward. **On human nature**. Harvard University Press, 2004.

VERGEZ, A. **David Hume**. Lisboa: Edições 70, 1984.

Recebido em 2015-03-13

Publicado em 2015-06-11